

Eixo Temático 19 - Gênero e sexualidade na escola: novas ameaças, enfrentamentos e possibilidades de resistência

**PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE A POBREZA MENSTRUAL EM UM
TRABALHO COLABORATIVO DESENVOLVIDO NA DISCIPLINA DE
EDUCAÇÃO SEXUAL¹**

Alan Belizario Cruz ²
Marcos Lopes de Souza³

RESUMO

Este trabalho analisa as problematizações construídas em torno da pobreza menstrual durante um trabalho colaborativo desenvolvido na disciplina eletiva de Educação Sexual ofertada para turmas de ensino médio de uma escola estadual do interior cearense. Pautamo-nos nos estudos pós-críticos e pós-estruturalistas e como instrumentos de produção das informações da pesquisa utilizamos o diário de campo e as gravações de áudio. O debate sobre pobreza menstrual foi realizado durante quatro aulas e utilizando-se de artefatos culturais. As(Os) estudantes reconheceram a menstruação como algo não exclusivo das mulheres cisgêneras, compreenderam os fatores socioeconômicos envolvidos na pobreza menstrual, mas ainda notaram a dificuldade dos garotos em falar sobre isso, pois podem ser vistos como gays.

Palavras-chave: Ensino médio; Pobreza menstrual; Educação sexual.

INTRODUÇÃO

A Educação Sexual foi construída sob um discurso biológico, pautado no determinismo e no essencialismo, desconsiderando a compreensão da sexualidade enquanto construção sociocultural e histórica. É importante demarcar o quanto esta nomenclatura de educação sexual ou educação para sexualidade tem sido desenhada diante de contextos que suscitam debates, perpassando por diversas modificações.

Xavier Filha (2009) nos diz que o termo 'Educação Sexual' passa por desgastes

¹ Este trabalho foi desenvolvido com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Mestrando em Educação Científica e formação de Professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, alanbelizariocruz@gmail.com;

³ Professor Titular do Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, marcos.lopes@uesb.edu.br.

conceituais, possivelmente pela prática historicamente concebida com fundamentações biológicas, higienistas, moralistas e eugenistas e práticas dessexualizadas. Desta forma, entende-se que:

A perspectiva da educação para sexualidade pretende refletir sobre discursos naturalizados e sacralizados culturalmente, relativizando-os, pondo-os sob suspeita e vigilância, provocando a dúvida de algumas certezas, permitindo-se novas formas de pensar e com isso estimular questionamentos sobre como nos constituímos em relações de saber e poder. Com isso, desestabilizar certezas, na tentativa de ampliar olhares em outras direções e possibilidades (XAVIER FILHA, 2009, p. 97).

Diante do contexto histórico, social e político atual, discutir sobre Educação para Sexualidade (EPS) tem se configurado como um enfrentamento aos discursos morais e religiosos que circundam a sociedade, especialmente, em relação ao Movimento Escola Sem Partido e o que defende a escola sem ‘ideologia’ de gênero. Então, quando colocamos esta temática em visibilidade ainda encontramos muitos impedimentos, incluindo também familiares, docentes e até discentes da comunidade escolar.

Conforme os discursos difundidos pelos grupos que utilizam a chamada “ideologia de gênero” e defendem o Movimento Escola sem Partido, ao falarem sobre gênero e sexualidade nas escolas estaria abalando a família tradicional, perturbando a ideia natural e cristã do que é ser homem e mulher e transformando as crianças em gays, lésbicas e transgêneros. De acordo com Furlanetto et al. (2018).

No campo político, desde 2004, com o surgimento do movimento “Escola sem Partido”, aproximadamente 60 projetos de lei tramitaram ou tramitam no Congresso Nacional e casas legislativas objetivando impedir a doutrinação política e ideológica de alunos por parte de professores nas escolas. Dentre as solicitações, encontra-se a exclusão dos termos orientação sexual e gênero do Plano Nacional da Educação (PNE) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017), esta última homologada em 22 de dezembro de 2017 (p. 554).

Mesmo com esses ataques ao debate sobre gênero e sexualidade nas escolas e com o silenciamento dessas questões na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Secretaria Estadual de Educação do Ceará construiu uma proposta para trabalhar com o novo ensino médio, incluindo a “Educação Sexual” como componente curricular eletivo (CEARÁ, 2021b). As disciplinas eletivas são oferecidas semestralmente para as turmas do ensino médio e os(as) discentes escolhem entre aquelas que são disponibilizadas pela escola (CEARÁ, 2021a).

Diante da existência de uma disciplina eletiva sobre sexualidade em escolas estaduais do Ceará, desenvolvemos uma pesquisa colaborativa envolvendo discentes e a professora do componente curricular. Neste artigo analisaremos as inquietações trazidas pela docente e pelos(as) discentes em relação à temática Pobreza Menstrual. As questões norteadoras deste trabalho foram: Por que a docente optou por apresentar e discutir com sua turma a Pobreza Menstrual? Quais inquietações foram apresentadas pelo grupo durante as aulas?

METODOLOGIA

O nosso trabalho se ancora nos estudos pós-críticos e pós-estruturalistas. Dentre outras coisas, nessa perspectiva nos preocupamos em: a) trabalhar com diferentes marcadores sociais e como esses se interseccionam; b) questionar as metanarrativas e as explicações generalizantes e totalizantes dos diversos fenômenos sociais; c) operar com o provisório e o inacabamento, evitando colocar um ponto final; d) enfatizar a problematização e a desconstrução dos textos; e) operar com regimes de verdade (analisar as disputas); f) evidenciar os nossos posicionamentos e os nossos interesses e g) expor nossos pensamentos, olhares e sensações (LOURO, 2007; MEYER; PARAÍSO, 2012).

Investimos na construção colaborativa de uma proposta que abordou as questões de sexualidade na eletiva “Educação Sexual”, considerando os interesses e especificidades da professora regente da disciplina e das(os) estudantes, no contexto escolar. Conforme Ibiapina (2008), entendemos a pesquisa colaborativa como “[...] atividade de coprodução de conhecimentos e de formação em que os pares colaboram entre si com o objetivo de resolver conjuntamente problemas que afligem a educação” (p. 25).

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola situada na cidade de Milagres, região do Cariri, Ceará. Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), este município conta com 27.413 habitantes. A escola tem um núcleo composto por mais de trinta docentes e tem quarenta anos de existência.

A preferência por esta escola ocorreu porque o primeiro autor do trabalho foi estudante e também professor de lá. No início de 2022, ao dialogar sobre a possibilidade

de fazer a pesquisa na escola, o primeiro autor conheceu a professora da disciplina eletiva Educação Sexual e propôs a possibilidade de realizar um trabalho colaborativo com ela na disciplina. A professora é licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA) e trabalha na escola por meio de contrato temporário.

Após o aceite da docente, iniciou-se o trabalho de campo em fevereiro de 2022 com encontros para planejamento e o acompanhamento e participação nas aulas. Durante esses momentos, foi utilizado um diário de campo a fim de registrar as observações consideradas mais relevantes. A turma era composta por 42 estudantes do 2º ano do Ensino Médio que optaram pela disciplina Educação Sexual.

Neste artigo, focalizaremos para o debate sobre pobreza menstrual, questão apresentada em quatro aulas da disciplina, realizadas nos dias 19 e 26 de maio de 2022, com duas em cada dia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Começamos nossas análises, nos questionando: Por que a docente optou por apresentar e discutir com sua turma as questões relacionadas à Pobreza Menstrual? Esta foi uma temática escolhida pela professora da disciplina e também pela coordenadora pedagógica da escola, pois elas já identificavam, há algum tempo, que a maioria das estudantes é de classe popular e, muitas vezes, não têm acesso aos absorventes. Inclusive, no contexto em que trabalhamos, algumas delas não iam para a escola, no período em que estavam menstruadas porque não tinham recursos financeiros para comprar o absorvente.

Além disso, muitas(os) jovens vivem em regiões sem saneamento básico e sem acesso à água tratada, o que inviabiliza o cuidado com o seu período menstrual. Entendemos, portanto, que a pobreza menstrual é resultado de um processo de desigualdade social e econômica ainda persistente em nossa sociedade.

Apesar da problemática evidenciada, ainda há uma interdição, em sala de aula, para se falar sobre os diversos elementos que envolvem a menstruação. A produção do diálogo sobre menstruação como algo vergonhoso gera o medo em estudantes e mesmo

em docentes que optam, muitas vezes, pelo silenciamento. Diante disso, apostamos em problematizar a menstruação nas aulas da disciplina Educação Sexual.

A primeira atividade desenvolvida com a turma foi assistir ao vídeo influencer Marcela Mc Gowan, intitulado “Entenda a pobreza menstrual”⁴, com duração de 6 minutos e 50 segundos. Neste vídeo, a youtuber fala sobre o custo alto dos absorventes, as condições de extrema pobreza em que vivem muitas(os) adolescentes no mundo, a falta de saneamento básico e água tratada, os prejuízos na frequência escolar de muitas garotas que se ausentam das aulas quando estão menstruadas, os estigmas relacionados à menstruação e os mecanismos para diminuir os impactos da pobreza menstrual.

Uma das questões que nos chamou a atenção no vídeo é que, diante das condições de extrema pobreza em que muitas jovens vivem, sem as condições sociais básicas, como alimentação e vestuário, algumas delas utilizam pedaços de jornal, tecidos, miolo de pão ou, mesmo, reutilizam o absorvente descartável mais de uma vez. De acordo com a PNAD Contínua (IBGE, 2020), a renda anual dos 5% mais pobres é de R \$1.920, ou seja, muitas vivem com R\$160,00 por mês. o que inviabiliza a compra de absorvente. De acordo com Motta e Brito (2022, p. 34), “No desenho tributário brasileiro, os absorventes são considerados itens supérfluos e não essenciais. Ainda assim, poucos projetos de leis que visam combater a pobreza menstrual, discutem o impacto da tributação dos absorventes na vida de quem menstrua”.

Na aula, provocamos as(os) discentes a pensar que o homens cis, embora não menstruem, precisam saber sobre esse processo tanto para entendê-lo quanto também para reconhecer a necessidade e importância de se garantir os absorventes para quem menstrua. Além de reconhecerem as especificidades dos absorventes e saberem comprá-los. Porém, diante da produção do absorvente como algo vergonhoso, muitos homens cis não conseguem adentrar ao mercado para comprar o produto, demarcando apenas como coisa de meninas. A turma se posiciona em relação a isso:

Professor, é porque existem ainda um preconceito grande quando nós homens falamos sobre menstruação. As pessoas riem da gente, professor.

Professor, a primeira coisa que as pessoas dizem se homem falar em menstruação, dizem logo que ele é gay, mas eu acho isso uma besteira.

⁴ Disponível em: <<https://youtu.be/eHKQ6KdOQbY>>. Acesso em: 05 maio 2022.

As narrativas das(os) estudantes nos inquietam a pensar o quanto ainda a separação entre coisas de meninas e de meninos é operante em nossa sociedade, dificultando para que possamos problematizar as demarcações de gênero.

A professora relatou que quando menstruou pela primeira vez, enrolava a peça íntima com vários papéis higiênicos, por vergonha de contar pelo simples fato do pai saber e escutar falas como: “Olha ela já uma mocinha”! “Descobriram o Brasil”. Ela relatou que sempre quando ia comprar absorvente, ficava com muita vergonha. E ainda se viesse um rapaz, ela ficava envergonhada se escondendo. Ela destacou que, em tempos atuais, ocorreu uma situação na escola que foi super confortável. As meninas receberam absorventes no pátio, sem vergonha alguma. Ela considerou isto ótimo, fazendo este comparativo entre os tempos dela e os atuais.

Após a exibição e discussão do vídeo, lemos e dialogamos com as(os) estudantes o texto “Livre para menstruar. Pobreza menstrual e a educação de meninas”, de autoria de Letícia Bahia São Paulo: *Girl up*, 2021. O texto aprofunda as questões trazidas na live e amplia o debate focalizando também que a menstruação faz parte da vida não só de meninas, mas também de homens trans e pessoas não binárias.

Neste sentido coloca-se em pauta as pessoas trans e não binárias que menstruam. Em relação a isso, a professora comentou:

O pdf [texto] destaca, por exemplo, as questões de menstruação não apenas para meninas, mas para sociedade como um todo. Como exemplo disto tem a fala do PDF que me chama muita atenção: “meninas, mulheres, pessoas trans e pessoas não binárias menstruam”. Devem, portanto, ter asseguradas as condições para que a menstruação não represente vergonha ou ameaça a seus direitos humanos.

Percebemos como a professora passou a repensar sobre a associação da menstruação com as mulheres ao compreender mais sobre os homens trans e as pessoas não binárias. Os homens trans contestam a cisnormatividade e contribuem para questionar anatomia e fisiologia como destinos do gênero (NERY; COELHO; SAMPAIO, 2016). Embora alguns homens trans rejeitem a menstruação, entendendo-a como monstruação, outros lidam de uma forma menos conflituosa.

Durante essas discussões, uma das alunas relatou a importância de se falar sobre isso para que elas(es) passem a não considerar absurdo um homem que menstrua ou engravide e, indo além, uma mulher que tenha pênis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho percebemos que a pobreza menstrual deve ser uma questão tratada com mais frequência para que as pessoas não vejam este diálogo como algo vergonhoso, mas como uma tema que precisa ser problematizado diante de uma sociedade que ainda se pauta na binaridade de gênero e que também apresenta desigualdades sócio-econômicas que favorecem a pobreza menstrual.

REFERÊNCIAS

- BAHIA, L. **Livre para menstruar**. Pobreza menstrual e a educação de meninas. São Paulo: *Girl up*, 2021.
- CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. Secretaria da Educação. **Documento curricular referencial do Ceará - Ensino Médio**. Fortaleza: SEDUC, 2021a.
- CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. Secretaria da Educação. **Catálogo de componentes eletivos**. Fortaleza: SEDUC, 2021b.
- FURLANETTO, M. F.; LAUERMANN, F.; COSTA, C. B.; MARIN, A. H. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa**, v.48, n.168, p.550-571, abr./jun. 2018.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** (PNAD Contínua). Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- IBIAPINA, I. M. L. M. **Pesquisa colaborativa**: investigação, formação e produção de conhecimentos. Brasília: Liber Livros, 2008.
- LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, dez. 2007.
- MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.
- MOTTA, M. C. C.; BRITO, M. A. P. R. Pobreza menstrual e a tributação dos absorventes. **Confluências**. Niterói, RJ, v. 24, n. 1, p. 33-64, jan-abril. 2022.



VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação
em Sexualidade, Gênero,

NERY, J. W.; COELHO, M. T. Ávila D.; SAMPAIO, L. L. P. João W. Nery - A trajetória de um trans homem no Brasil: do escritor ao ativista. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 4, p. 169–178, 2016.

XAVIER FILHA, Constantina. Educação para Sexualidade: carregar água na peneira? In: Paula Regina Costa Ribeiro, Méri Rosane Santos da Silva, Silvana Vilodre Goellner (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: composições e desafios para a formação docente**. Rio Grande: Editora da FURG, 2009, p. 85-103.